

**HABEAS CORPUS Nº 564.487 - PR (2020/0052667-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA**  
**ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : RAFAEL DE BRITO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL DE BRITO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido na Revisão Criminal n.º 0049273-63.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado às penas de 7 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 700 (setecentos) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006.

A Defesa ajuizou revisão criminal, pugnando pelo reconhecimento da confissão espontânea, mas a Corte de origem julgou improcedente o pedido revisional.

No presente *writ*, busca-se, em liminar e no mérito, o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, com a readequação da pena do Paciente.

O pedido de liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 43-45.

Por estarem os autos devidamente instruídos, foram dispensadas as informações do Órgão Jurisdicional Impetrado.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 50-54, opinando pelo não conhecimento da impetração e, se conhecida, pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

No caso, segundo esclareceu a Corte de origem, o Paciente afirmou que seria usuário de drogas, não tendo confessado a prática do delito de tráfico ilícito de

entorpecentes. Confira-se (fl. 39):

*"Esclareça-se, inicialmente, que a d. Defesa postulou, na ação penal, a desclassificação da conduta do réu para aquela prevista no artigo 28 da Lei nº 11.343/06.*

*Foi formulado o seguinte pedido nas alegações finais (mov. 101.1 dos autos nº 0005099-79.2014.8.16.0117):*

**'A desclassificação do artigo 33 da Lei 11.343/06 para aquele tipificado no artigo 28 da mesma Lei, com relação ao denunciado RAFAEL DE BRITO.'**

*E, quando interrogado em Juízo, o réu negou a prática do crime de tráfico de drogas e afirmou ser usuário de droga e portar a substância para seu próprio uso. Observe-se (por respeito à brevidade transcreve-se trecho da sentença – mov. 103.1 dos autos nº 0005099-79.8.16.0117):*

**'(...) Que na ocasião do fato, estavam na lanchonete e pediu para sua esposa se ela não queria ir ao banheiro, que quando ela entrou no local, o acusado fingiu entrar no banheiro masculino, porém não entrou, foi pegar a droga com o fornecedor e levou-a para o carro, onde ficou esperando sua esposa, que ela não tinha ciência da existência da droga, que ela não é usuária, que a quantidade de droga duraria bastante para o acusado (...) que ele tem interesse em voltar atrás no depoimento prestado na Delegacia de Polícia, que não seria verdade, que gostaria de ser internado. (...) que mora com Sheila, que ela tem ciência de que ele é usuário, que já foi depende de outras drogas, mas hoje é apenas a maconha, que pagou R\$300,00 na droga, que não iria vendê-la, a droga estava em dois tabletes, que usava drogas frequentemente, que fumava durante todo o dia, que era rotineiro. (...).'**

*Ora, não se há de falar em confissão indireta, pois o ora requerente de fato assumiu que a droga lhe pertencia, mas em nenhum momento assumiu a traficância e, mais que isso, insistiu que a droga apreendida era destinada ao consumo próprio.*

*Então, não se aplica ao caso a atenuante da confissão espontânea."*

A decisão impugnada encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte segundo o qual não é possível reconhecer a existência da atenuante da confissão, no crime de tráfico, se o agente admite a propriedade do entorpecente para uso próprio.

Exemplificadamente:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO DA PROPRIEDADE DA DROGA PARA USO PESSOAL. ADMISSÃO DE CRIME DIVERSO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**1. Ressalvada compressão pessoal em sentido diverso, as Turmas componentes da Terceira Seção desta Corte superior firmaram entendimento no sentido de ser indevido o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, nos delitos de tráfico de drogas, nos casos em que o agente confessa a propriedade da droga para uso pessoal, negando a traficância.**

**2. Agravo regimental improvido."** (AgRg no HC 462.174/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 18/03/2019; sem grifos no original.)

Nesse sentido, aliás, é o entendimento consolidado na Súmula n.º 630 desta Corte Superior de Justiça, *in verbis*: "A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio."

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora